GATTplus ou GATTminus?

PEDRO DE CAMARGO NETO

De início, a estratégia brasileira nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) vinha sendo defender, antes de tudo, os resultados da Rodada Uruguai como paradigma. A proposta de aproximação por etapas atrasa a entrada em temas que iriam além dos já consolidados no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), postergando benefícios diretos da integração hemisférica para a agricultura brasileira.

A facilitação do comércio intra-regional pode viabilizar maior acesso aos mercados do Norte, caso venham de fato a representar maior flexibilidade e compreensão das regras sanitárias e fitossanitárias. O mercado brasileiro, porém, há muito está totalmente facilitado para os produtos agrícolas estrangeiros, com a agravante de ainda convivermos com sérias falhas na estrutura de defesa agropecuária.

Podemos até ganhar um pouco eventualmente, porém o mercado brasileiro já foi escancarado em função de um misto de dificuldades internas e vontade irrestrita de importar. É preciso observar que a conquista de condições sanitárias e fitossanitárias, muitas vezes descabidas e com avaliações sem transparência, não representa acesso livre aos mercados do Norte, mas em geral tão-somente o direito de negociar, em condições muitas vezes subalternas, uma cota tarifária.

Vale sempre lembrar o caso da pecuária de corte uruguaia que, erradicada a febre aftosa, obteve uma cota de 20 mil toneladas de carne dos EUA, após longa negociação. Também para as frutas brasileiras do Nordeste, o controle das moscas é premiado com acesso somente no inverno, quando o clima do Norte impede a produção, através de uma administração sazonal de tarifas, com flagrantes prejuízos para o potencial da nossa economia tropical.

É verdade que muitas vezes — ou quase sempre — não fazemos corretamente a lição de casa. O acordo sanitário e fitossanitário resultante da Rodada Uruguai abriu espaço ainda inexplorado. Nossas dificuldades internas, resultantes de estrutura do serviço público e organização do setor privado, têm impedido o desenvolvimento de uma ação competente.

Esgotada a estratégia inicial, eminentemente defensiva, o Brasil passou à negociação de temas GATTplus, isto é, além dos paradigmas da Organização Mundial de Comércio. Embora com atraso, ofereceu apoio à proposta argentina de eliminação de subsídios agrícolas no hemisfério e abertura à discussão de novos temas nesse campo.

As limitações impostas pela Rodada Uruguai às políticas de apoio interno não são necessariamente suficientes para caracterizar uma região como de livre comércio. As gritantes diferenças de capacidade de gastos públicos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento precisam ser levadas em consideração. Nem todo subsídio permitido na OMC pode ser aceito sem discussão no hemisfério. É preciso reconhecer o esforço fiscal e de ajuste de políticas domésticas realizado por quase todos os países em desenvolvimento.

As restrições à utilização de subsídios na exportação precisam ser ampliadas. Não se trata unicamente de proibir sua utilização nas Américas mas também de impedir concorrência predatória em terceiros mercados. Todo tipo de apoio financeiro às exportações deve ser encarado como fonte de distorção ao comércio. O crédito financeiro a exportações deve ser restrito até o prazo máximo da utilização das mercadorias. Devem ser considerados inaceitáveis, e elemento de distorção, financiamentos muito longos à exportação de alimentos, assim como o fornecimento de ilimitadas garantias de crédito e seguros à exportação.

Será preciso reconhecer as dificuldades que os países desenvolvidos terão para implementar alterações substanciais em políticas públicas. No contexto multilateral, esses países continuarão a concorrer com outras economias fora das Américas, dificultando mudanças unilaterais. Será essencial porém estabelecer uma disciplina adicional nessa matéria, reconhecendo os efeitos distorcivos dos subsídios e oferecendo um tratamento que fortaleça os princípios da integração hemisférica.

Progressos substanciais na discussão dos subsídios são do maior interesse para a agricultura brasileira. Trata-se de condição necessária porém insuficiente, ou melhor, essencial porém não de prioridade máxima, até mesmo

Gattplus or Gattminus?

Earlier Brazilian strategy of negotiation in the FTAA was to support Uruguay Round decisions as a pattern. Provided that it represents sanitary and phyto-sanitary more flexible rules, intra-regional trade facilitation could render easier access to the northern markets. Nevertheless, Brazilian markets have been for much longer easily accessed by agricultural products from abroad, in spite of its faulty defensive structure.

Nowadays, Brazil is dealing with Gattplus subjects (those beyond the World Trade Organization patterns). Therefore, it backed up the Argentine proposal to eliminate agricultural subsidies in the hemisphere, and to discuss concerning matters. Developed countries will hardly implement substantial changes in their public policies. Those countries will keep on competing with other economies out of America, thus putting difficulties in the way of unilateral changes.

Brazilian agriculture should make efforts to achieve the Gatt minimum rather than giving priority to the plus concerning subsidies. On the other hand, FTAA negotiations must consider primarily the big distortions in the approaches to agricultural markets. Mercosul and Brazil will play a fundamental role in a free market trade process.

porque o setor vive uma condição de GATTminus.

O Brasil, governo e sociedade, tem submetido a agricultura brasileira a uma abertura sem precedentes. As tarifas são em geral mínimas — muitas vezes menor do que os valores permitidos e consolidados no GATT. O instrumento de salvaguardas nunca foi utilizado, e talvez mesmo nunca sequer cogitado. Os sonhados direitos compensatórios têm processos sempre demorados, na grande maioria dos casos, inconclusivos.

Importações de produtos em concorrência desleal têm sido a regra e não a exceção. A proteção da agricultura brasileira tem sido sua extrema competitividade, felizmente de sobra para muitos produtos. Eventuais conquistas neste campo correm o risco de ser letra morta, como os inúmeros instrumentos de proteção hoje disponíveis no GATT e infelizmente não utilizados.

Antes de apresentar como prioridade agrícola a promessa de *plus* nos subsídios, é preciso garantir o mínimo do GATT, superando o *minus* atual. Esta é uma decisão exclusivamente interna. O que não falta ao Brasil são instrumentos não utilizados de proteção para a agricultura.

A agricultura brasileira tem muito a ganhar com a discussão de acesso a mercados. Este é o verdadeiro *plus*, a verdadeira prioridade para o setor. Não tem sentido querer negar ou alterar isso. Mas pode ser impossível, em função da amplitude dos outros interesses nacionais. Não é a primeira, nem será a última vez, em que o interesse direto agrícola precisa ser colocado em segundo plano.

A questão dos subsídios tem maior importância para a Argentina em função da sua influência nos mercados de grãos. O potencial reprimido brasileiro está nas frutas, caso de tarifas; no açúcar e fumo, caso de cotas tarifárias; nas carnes, caso que enfrentará cotas após vencer as barreiras técnicas. Casos claros de acesso a mercados.

Diferente do que ocorre mundialmente, a integração das Américas precisa ter o comércio agrícola como peça-chave. Será inaceitável avançarmos na integração de mercados eminentemente industriais e de serviços, onde os países em desenvolvimento têm dificuldades tecnológicas e de capitais, deixando o comércio agrícola repleto de restrições, intervenções e exceções, justamente onde os países em desenvolvimento têm possibilidades concretas de competir e se desenvolver.

O processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) precisa contemplar de maneira prioritária a questão de acesso a mercados agrícolas onde grandes distorções são ainda observadas. A rigor, ainda não se pode sequer utilizar a expressão livre comércio. O papel do Mercosul, e conseqüentemente do Brasil, será de fundamental importância.

O hemisfério tem as condições para se tornar o grande produtor mundial agrícola do próximo milênio. Estão aqui as melhores condições de água, sol e terras aptas à produção sustentável. O desenvolvimento regional pode ser acelerado através da valorização da produção agrícola e agroindustrial. Impulsionada pelo setor primário a economia das Américas crescerá rapidamente, oferecendo sentido verdadeiro para a integração hemisférica.

Pedro de Camargo Neto é doutor em engenharia de produção, diretor do International Policy Council ON Agriculture, Food and Trade, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira.